

2014, 2
1
le
n.º,

Ata integral da Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Bridge, realizada em 09 de Março de 2014

Pelas 15h30 do dia 09 de Março de 2014, na Rua Amélia Rey Colaço, nº 46 D, em Carnaxide, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Bridge (FPB), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de Novembro de 2013.
2. Discutir e aprovar o Relatório, Balanço e Contas respeitantes ao exercício de 2013.

A presente Assembleia foi dirigida por Maria Eugénia Davim, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, coadjuvada pelos Secretários da Mesa Adolfo Steiger Garção e Lurdes Centeno.

Compareceram 20 delegados, conforme lista de presenças apensa à presente Ata: 3 representantes das associações regionais, 8 representantes dos clubes, 3 representantes dos praticantes, 3 representantes dos árbitros, 1 representante dos professores e 2 delegados designados pelas Associações Regionais ou entidades equiparadas.

Para além dos delegados, também estiveram presentes na Assembleia Geral Inocêncio Araújo, Presidente da FPB, Nuno Baltazar, Pedro Matias e Luis Correia, vogais da Direção da FPB e Vasco Dias, vogal do Conselho Fiscal da FPB, todos sem direito a voto.

A Presidente da Mesa iniciou os trabalhos saudando os delegados presentes e concedendo alguns minutos para questões não constantes da Ordem de Trabalhos. A Presidente informou que o processo judicial iniciado no final de 2012 com uma providência cautelar interposta por 3 praticantes, por alegadas irregularidades ocorridas no processo de eleição de 6 dos 40 delegados à Assembleia Geral, foi julgado não procedente. Disse que, no decurso do mesmo processo, os autores pediram também a suspensão da eleição dos órgãos sociais da FPB para o mandato de 2013-2016 bem como a anulação das deliberações tomadas pela Assembleia Geral da FPB e que continuassem em exercício os órgãos sociais da FPB eleitos no anterior mandato, petições que o Tribunal também não atendeu. Acrescentou que o

JAVIZ
2'
fl
h d,

recurso desta decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa, interposto pelos mesmos autores, foi concluído no início do corrente ano e que o respetivo Acórdão nega provimento ao recurso, confirmando a decisão da primeira instância e condenando os recorrentes ao pagamento das custas do processo. Sublinhou que ficou comprovado, assim, que todos os procedimentos e decisões por si tomadas durante o processo eleitoral, no uso de delegação que lhe foi conferida pelo anterior Presidente da Mesa da Assembleia Geral, observaram as normas e regras em vigor. Lamentando o desgaste, quer a nível pessoal quer a nível institucional, provocado por esse processo judicial, manifestou-se esperançada de que finalmente se possam reunir as energias de todos a fim de executarmos as atividades e medidas planeadas em prol do desenvolvimento do Bridge nacional.

Deu-se depois início à apreciação dos pontos constantes da Convocatória com a apreciação do Projeto da Ata integral da Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de Novembro de 2013 a qual foi aprovada por todos, apenas com a abstenção dos delegados Pedro Madeira e Luis Miguel Álvares Ribeiro por não terem estado presentes naquela Assembleia Geral.

O Relatório das Atividades desenvolvidas em 2013 foi apresentado pelo Presidente da FPB que fez um balanço das atividades realizadas referindo, em especial, o seguinte:

Em termos de atividade desportiva e tal como constava do Plano de Atividades, foi reformulado o habitual calendário tendo-se reduzido o número de fins-de-semana dos campeonatos nacionais. Delegou-se nas associações regionais fora de Lisboa a realização de 4 campeonatos nacionais. Foi criado um Núcleo de Alta Competição (NAC) e nomeada a Comissão de Seleção (CS) para escolha das representações nacionais. Foram revistos alguns regulamentos, designadamente com o objetivo de se aumentarem as autonomias regionais e tornar mais dinâmico o ranking nacional. A geração e duplicação de "mãos " passou a ser da responsabilidade dos diretores dos torneios apoiados pelo serviços administrativos da FPB.

Acrescentou que ainda não foi possível em 2013 fazer o aproveitamento das potencialidades do Bridge online para desenvolvimento do bridge de competição.

Foi reativado o Bridge federativo nas regiões a Sul do Tejo e Algarve.

Em termos de ética, justiça e disciplina, divulgaram-se os seus princípios apelando-se à sua defesa intransigente. Para a valorização da ética no Bridge de competição foi criado o Prémio Fair Play Engenheiro Soares de Oliveira e distribuídos às associações regionais conjuntos de suportes de informação sobre o tema da ética no desporto. No site da FPB foi dedicado um espaço destinado à divulgação do Plano Nacional de Ética no Desporto tendo sido enviado material sobre o mesmo assunto aos formadores de bridge. Finalmente, foi feita uma ampla reformulação do Regime de Disciplina e Ética Desportiva (RDED) que incidiu sobretudo no âmbito da infração disciplinar e nos procedimentos. Iniciou-se também uma nova fase de rigor e celeridade no tratamento dos processos disciplinares.

O Presidente da FPB fez notar que os processos disciplinares que ocorreram em 2013 foram ainda instaurados ao abrigo do Regulamento anterior que estabelecia prazos desadequados. A partir de 2014, com entrada em vigor do novo RDED e tendo em conta as alterações que lhe foram introduzidas no capítulo dos

Jan 2
p. 3
m. y.

procedimentos, espera-se que se consigam atingir metas de prazos muito mais curtos.

Foi criado na FPB um registo das sanções aplicadas em cumprimento do disposto no artº 7º, alínea I dos Estatutos da FPB. Sobre esta matéria o Presidente da FPB acrescentou que a criação de um registo de ocorrências desportivas sem que sejam objeto de processos disciplinares, é um assunto que tem merecido a discordância dos juristas dos vários órgãos da FPB. Acrescentou, porém, que os relatórios dos árbitros que reportam ocorrências de arbitragem estão disponíveis para serem divulgados aos restantes árbitros pelo Conselho de Arbitragem.

Sobre a gestão administrativa e financeira da FPB, o Presidente informou que, em comparação com o ano de 2012, as receitas da Federação aumentaram em 2013 27,2%, de 55.495€ para 70.573€, tendo contribuído para esse aumento principalmente os donativos que subiram 156,7% e as cedências de material que aumentaram 413,7%. Foram ainda criadas novas receitas: cedência de instalações, geração e duplicação de jogos e auxílio às arbitragens.

Quanto à redução da despesa corrente, nomeadamente em instalações, as despesas de funcionamento foram reduzidas, face a 2012, em 21,5%, de 63.127€ para 49.531€. As rubricas que mais contribuíram para a redução da despesa foram o material de escritório, as rendas da sede e do armazém bem como as comunicações.

No que se refere ao aumento progressivo do orçamento destinado a medidas estruturantes, isto é a divulgação da modalidade, a captação de novos praticantes e a formação, houve uma subida de 5% para quase 20% do orçamento, pois em 2013 o valor das medidas estruturantes atingiu 19,6% da despesa. A instalação dos serviços administrativos e do armazém num espaço conjunto e com áreas acrescidas representa custos muito inferiores aos dos anos anteriores.

A organização do Arquivo Histórico da FPB foi possível ainda durante 2013 dada a colaboração da Teresa Magalhães e do Pedro Cabrita que dedicaram na ajuda a essa tarefa muitas horas para além do seu horário de trabalho. Pode-se afirmar agora que o Arquivo Histórico que inclui material que remonta ao início da década de 1960, está finalmente preservado e constituído, existindo na FPB as condições necessárias para a sua consulta e estudo por eventuais interessados.

No que se refere às medidas estruturantes e começando pela divulgação do Bridge, Inocêncio Araújo disse que em 2013 ainda não foi possível a utilização dos meios de comunicação social para a execução desse objetivo, nem foi possível utilizar as redes sociais com o mesmo fim. Também não se criaram, por enquanto, as desejadas parcerias com entidades públicas e privadas.

No âmbito da captação e fidelização de praticantes, não foi ainda possível lançar um programa específico destinado aos alunos das academias militares.

O Presidente da FPB referiu a seguir que as medidas de estímulo às associações regionais e aos clubes, para a captação de novos praticantes, tiveram resultados muito positivos, tendo o ano de 2013 terminado com 800 praticantes licenciados, o que corresponde a um aumento de 26% face a 2012 e o maior número de praticantes inscritos na FPB nos últimos dez anos, isto é, desde que existe registo

informático desta situação. Durante 2013, inscreveram-se na FPB 178 novos praticantes e 74 jogadores que não estavam federados em 2012 reativaram a sua licença federativa. Disse ainda que não foi alcançado em 2013 o objetivo de lançar programas de mentoring e dos consultórios dos clubes, em articulação com as associações regionais.

Quanto ao apoio da FPB aos programas de formação nos clubes e nas associações regionais, foram lançados dois programas de apoio financeiro à formação, um destinado a jovens universitários (programa P1) e outro destinado a praticantes, árbitros e dirigentes (P2). No âmbito do P1 foram realizadas e apoiadas 28 ações no total de 587 horas de formação, envolvendo 72 formandos. No âmbito do P2 foram apoiadas 24 ações no total de 862 horas de formação, envolvendo 224 formandos, considerando a Direção que o objetivo previsto foi alcançado.

O Presidente da FPB fez notar que os programas de formação a apoiar a partir de 2014 incluirão obrigatoriamente a temática da ética e disciplina no desporto bem como noções de arbitragem.

Em 2013 também foram promovidos cursos destinados a árbitros, dirigentes e formadores e foi criada uma Biblioteca de Bridge na FPB.

Durante o ano transato foi reforçado o diálogo com as associações e os clubes. O Presidente da FPB efetuou deslocações regulares a todas as regiões do país, tendo promovido reuniões e palestras com o objetivo de divulgar, informar e esclarecer assuntos de interesse para a atividade bridgística.

Inocêncio Araújo referiu que é necessário aumentar o grau de exigência nas obrigações estatutárias nos clubes, objetivo que fora já programado em 2013 mas ainda não atingido.

Está em curso a reestruturação completa do site da FPB com introdução de novas funcionalidades, projeto plurianual e portanto ainda não totalmente atingido.

A substituição da revista da FPB em suporte de papel para newsletter em formato digital foi mais um dos objetivos cumpridos.

A divulgação dos campeonatos nacionais passou a ser feita através de email. A FPB tem conhecimento de que mais de 80% dos praticantes licenciados possui correio eletrónico e que, de entre esses, cerca de 70% recebem efetivamente as mensagens que lhes são enviadas obtendo assim as informações que lhes são endereçadas pela FPB.

Não foi possível ainda em 2013 iniciar-se o estudo da introdução do voto eletrónico.

Foi revisto o Regulamento de Arbitragem, uniformizaram-se os procedimentos dos diretores dos torneios e reforçou-se a obrigatoriedade do uso de folhas de convenções nos campeonatos nacionais. Constituíram-se as comissões de recurso nas provas federativas sendo obrigatórias nos campeonatos nacionais tal como exigem os respetivos regulamentos. Foi criada uma bolsa de praticantes que se inscreveram voluntariamente para fazer parte das comissões de recurso e a quem

Jan, 2
5
il

foi dirigida uma ação de formação realizada em Lisboa em 2013. Prevê-se a realização de outra brevemente na Região Norte.

Os campeonatos nacionais passaram a ter um árbitro auxiliar que apoia o respetivo diretor do torneio.

O Presidente da FPB terminou dizendo que ainda não foram iniciadas as ações de formação previstas para os árbitros, designadamente para que melhorem a utilização das ferramentas informáticas disponíveis, embora se preveja o início dessa formação em breve.

Colocou-se depois à disposição dos delegados para esclarecer as questões que quisessem apresentar.

O delegado Nuno Miguel Sousa pediu a palavra e sugeriu à Direção da Federação que a Biblioteca procedesse, quando possível, à digitalização dos livros que detém para que mais facilmente cheguem aos interessados. O Presidente da FPB registou a sugestão.

O delegado António Eanes questionou o Presidente da FPB sobre se o âmbito do “cadastro desportivo e disciplinar” previsto no artº 7º dos Estatutos compreende apenas as sanções de natureza disciplinar atribuídas pelo Conselho de Disciplina ou também aquelas que são aplicadas pelos diretores das provas e não chegam à apreciação dos restantes órgãos federativos. O Presidente da FPB respondeu que a pergunta é muito pertinente visto que os árbitros têm competência para aplicar penalidades procedimentais e também de natureza disciplinar. Confessou que não sabia responder cabalmente à questão mas irá informar-se sobre o assunto junto dos juristas que compõem os órgãos sociais da FPB.

O delegado Miguel Slewinski perguntou se a captação de novos praticantes é feita através dos clubes, o que lhe foi confirmado, e pediu esclarecimentos sobre a quem são prestados os apoios financeiros concedidos pela FPB para a formação de praticantes lembrando que em 2013 foram apoiadas 28 ações para apenas 72 formandos como atrás dissera o Presidente da FPB. Este respondeu-lhe que os apoios financeiros para a formação são concedidos às entidades que se candidatam para o efeito, fundamentalmente clubes e associações regionais e que o número de formandos apoiados em 2013 foi muito superior aos dos anos anteriores.

O delegado José Moraes perguntou se, no conjunto das várias medidas que têm vindo a ser tomadas no ajustamento da arbitragem, há algumas que visem incentivar os árbitros a tomarem as medidas disciplinares necessárias para o bom andamento das provas e a registá-las nos respetivos relatórios. Acrescentou que, se a ética e a disciplina é um lema da atual Direção, cabe aos árbitros imporem as regras adequadas durante as provas, confiantes de que a sua ação é articulada com a atuação dos restantes órgãos federativos.

O delegado Luis Rodrigues, concordando com a questão anterior suscitada pelo delegado José Moraes, solicitou que a resposta abrangesse também as medidas tomadas ou a tomar pela Direção para as comissões de recurso.

Em resposta, o Presidente da FPB lembrou que durante o ano de 2013 vigorou ainda o anterior Regulamento de Disciplina e que o novo RDED só vigora desde o corrente ano de 2014. Assim, ainda não se conhece qualquer decisão do Conselho de Disciplina tomada ao abrigo deste novo Regulamento. O RDED atualiza as

David
6 fl

medidas sancionatórias face a uma nova realidade da atividade bridgística e todas as decisões a tomar pelo Conselho de Disciplina serão divulgadas, o que não acontecia anteriormente. Acrescentou estar convicto que o Conselho de Arbitragem tem incentivado os árbitros a registarem nos seus relatórios as ocorrências que consideram relevantes em termos disciplinares dado que todas essas informações, obrigatórias nos campeonatos nacionais ao chegarem ao conhecimento da Direção são imediatamente encaminhadas para aquele Conselho. Disse ainda que irá transmitir ao Conselho de Arbitragem as questões hoje suscitadas pelos senhores delegados.

Quanto às comissões de recurso, considera que, quer as comissões em si quer as pessoas que as compõem, podem e devem reportar ao diretor do respetivo torneio para que os faça constar do relatório da prova, quaisquer atos dos praticantes que considerem suscetíveis de procedimento disciplinar. Acrescentou que este assunto referente à arbitragem e às comissões de recurso é merecedor de reflexão por parte dos órgãos competentes.

O delegado José Júlio Curado pediu que a Direção esclarecesse qual a situação atual do processo judicial instaurado contra a FPB no Tribunal Tributário. O Presidente da FPB informou sobre o assunto o seguinte:

O mandatário inicial era o Dr. Jorge Monteiro dos Santos que resignou no início do mandato desta Direção tendo sido nomeado em sua substituição o Dr. Joaquim Pausinho que infelizmente faleceu recentemente. É necessário agora indicar outro advogado que aceite tomar conta do processo, de preferência "pro bono". Têm-se feito alguns contactos mas ainda nada está decidido. Quanto ao estado do processo, não houve entretanto nenhuma diligência e qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Tribunal já não será passível de recurso.

O delegado Casimiro Talhinhas manifestou a sua preocupação pelo facto do quadro de árbitros ser reduzido e ter vindo a diminuir face às necessidades da arbitragem, lembrando que alguns árbitros têm vindo a deixar de arbitrar.

Em resposta o Presidente da FPB recordou que o delegado Casimiro Talhinhas se tem vindo a preocupar com a situação que descreveu e por isso colaborou em 2013 na formação de 3 árbitros. Disse ainda que em 2014 estão previstas mais ações de formação para árbitros já existentes e outras para futuros árbitros, havendo ainda por parte do Conselho de Arbitragem a intenção de promover alguns árbitros de clube a árbitros regionais. O Presidente acrescentou que esta é uma matéria da exclusiva competência do Conselho de Arbitragem mas a Direção tem acompanhado o trabalho que tem sido desenvolvido neste âmbito e está convencido que aquele Conselho continuará a tomar medidas adequadas à solução dos problemas apontados.

O delegado Casimiro Talhinhas tomou de novo a palavra que acrescentar que os cursos de arbitragem devem ser dados essencialmente a quem pretenda exercer essa atividade.

A delegada Isabel Maria Manso colocou a questão de saber se os chamados "psíquicos" não são registados, como se poderá contabilizar o número de vezes que um praticante os faz. Foi-lhe respondido que se trata de uma decisão de arbitragem a qual deve ser incluída no respetivo relatório se configurar uma ilegalidade ou um comportamento incorreto.

2012
-7 fl

n.º

Perante a insistência do delegado Miguel Slewinski sobre qual o universo dos formandos financiados pela FPB, a Presidente da Mesa lembrou as transparentes regras de avaliação das propostas apresentadas à Direção que constam do site da FPB bem como o relatório dessa avaliação efetuado pela primeira vez em 2013 e da responsabilidade do vogal Pedro Matias. Este vogal esclareceu que os 72 formandos que constam do Relatório de Atividades de 2013 não foram as únicas pessoas que frequentaram ações de formação financiadas, mas apenas os que se licenciaram após a frequência dessas ações. Acrescentou que muitos mais se inscreveram nos cursos e os frequentaram embora não tivessem reunido um dos requisitos para que fossem objeto de apoio, que é o de frequentarem pelo menos 50% das horas de formação.

O delegado Pedro Madeira pediu a palavra para manifestar a sua concordância com as questões levantadas nesta Assembleia relativamente à ética e disciplina e lembrou que na Região Norte, enquanto dirigente, tomou iniciativas junto dos árbitros e dos praticantes para que houvesse tolerância zero de eventuais infrações disciplinares. Concluiu que os árbitros e os elementos das comissões de recurso deveriam sentir-se protegidos pela atuação dos restantes órgãos federativos quando tiverem de tomar medidas de natureza disciplinar.

O Presidente da FPB informou que, por sugestão da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a redação final do Relatório de Atividades foi alterada relativamente à versão que fora distribuída, na parte referente aos processos em curso. Maria Eugénia Davim disse que propusera a redação que foi aceite pela Direção, para que ficasse registado de forma clara o âmbito dos requerimentos apresentados ao Tribunal pelos autores da ação judicial. O delegado José Moraes comentou que a Direção deveria divulgar as decisões judiciais, na sua integralidade, dos assuntos respeitantes à Federação. O delegado António Eanes também manifestou a mesma opinião.

A Presidente da Mesa apelou aos delegados para que no decurso do corrente mandato se proceda à alteração do Regulamento Eleitoral, matéria cuja aprovação é da competência da Assembleia Geral.

Por fim, foi colocada à votação dos delegados presentes o Relatório de Atividades de 2013 o qual foi aprovado por unanimidade.

A Assembleia tomou conhecimento do Parecer do Conselho Fiscal que analisou as Contas de 2013 e concluiu que tudo se encontra em boa ordem.

As Contas do exercício de 2013, matéria constante do ponto 2 da Convocatória, foram apresentadas pelo Presidente da FPB e restantes membros da Direção presentes nesta Assembleia.

O Presidente fez um resumo das Contas dizendo que o resultado do exercício de 2013 comporta a despesa no valor de 93.679,03€ (noventa e três mil, seiscentos e setenta e nove euros e três cêntimos) e, como receita, o montante de 94.425,00€ (noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco euros). Assim, em 2013 a Federação teve um resultado líquido de 728,13€. Se se excluirmos as amortizações, o resultado operacional do exercício ascende a 5.365,53€.

Quanto à situação patrimonial da FPB o Presidente, apoiando-se num gráfico constante do Relatório, disse que em 2012 a Federação tinha um capital próprio negativo no valor de – 6.793,00€ e que em 2013 conseguiu-se recuperar aquele valor negativo apresentando agora a Federação um capital próprio positivo no valor 196,00€.

Após estas informações, os delegados presentes manifestaram o seu agrado pelos critérios e rigor com que esta Direção tomou a seu cargo o dossier financeiro da FPB que agora é tornado público. Expressaram-se assim os delegados Nuno Santos e José Moraes, tecendo este largos elogios à Direção o que foi subscrito por vários outros delegados.

Por fim, as Contas do exercício de 2013 foram também aprovadas por unanimidade.


Em seguida, o delegado Luis Galvão propôs um voto de louvor ao Presidente e à Direção da FPB pela atividade desenvolvida o ano passado e que se encontra agora refletida no Relatório e Contas de 2013. Colocado à votação pela Presidente da Mesa, o voto de louvor foi votado favoravelmente por todos os delegados exceto pelo delegado António Eanes que se absteve por considerar que “não tem de louvar quem exerce e faz aquilo que é devido”.

Antes de dar por finda a Assembleia, a Presidente da Mesa solicitou aos senhores delegados autorização, que lhe foi concedida por todos, para a feitura de uma minuta de ata, sem prejuízo da elaboração do projeto de ata integral com o resumo das posições assumidas nesta Assembleia pelos que nela participaram, a qual será apreciada e votada na próxima Assembleia Geral.

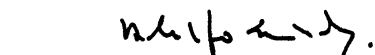
Os trabalhos terminaram pelas 17h10.

A presente Ata, depois de ser aprovada pelos delegados presentes na Assembleia Geral de 12 de Outubro de 2014, vai ser assinada pela Presidente da Mesa, e pelos dois Secretários da Mesa.

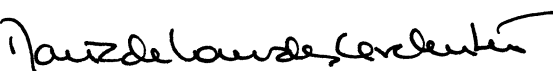
Presidente da Mesa da Assembleia Geral,


Maria Eugénia Davim

Secretário da Mesa da Assembleia Geral,


Adolfo Steiger Garção

Secretária da Mesa da Assembleia Geral,


Maria de Lurdes Centeno



LISTA DE PRESENCAS - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 09 de Março de 2014

DELEGADOS

ASSINATURAS

Ana Rita Brás Lopes	Associações	
Fernando da Gama Vieira	Associações	
Lino Marino Rodrigues Tralhão	Associações	
Maria Cristina Lima Machado	Associações	
Nuno Jorge de Sousa Santos	Associações	
Nuno Miguel Marques de Sousa	Associações	
Paulo Simões Areosa Feio	Associações	
Pedro António Palma Madeira	Associações	
Pedro Miguel Paulo Gil	Associações	

Carlos Miguel Amaro de Jesus	Clubes	
Fernando António dos Reis Pombo	Clubes	
Isabel Maria de Salavisa Manso	Clubes	
José Júlio Martins Silva	Clubes	
José Leiria Lima	Clubes	
José Manuel de Freitas	Clubes	
Luis Anselmo de Amaral Rodrigues	Clubes	
Luis Mário Ventura França Galvão	Clubes	
Maria João Costa Sancho Parente	Clubes	
Miguel João Slewinski	Clubes	
Paulo Manuel Mendes Gordo	Clubes	
Pedro Miguel Xavier Pereira Durão	Clubes	
Rui Jorge Garcia Duarte	Clubes	
Sofia Mello Costa Pessoa	Clubes	

Anabela Alves Rodrigues Oliveira	Praticantes	renunciou ao cargo pelas 20hdo dia 7/3/2014
Ana Maria Augusto Ribeiro	Praticantes	
Carlos Manuel de Sousa Ferreira	Praticantes	
Manuel D'Orey Capucho	Praticantes	
Manuel Pedro Gomes Salgueiro	Praticantes	
Pedro Arbona Saavedra	Praticantes	comunicou não poder comparecer em 7/3/2014 pelas 20h



LISTA DE PRESENCAS - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 09 de Março de 2014

DELEGADOS

ASSINATURAS

António Ribeiro Ramalho Eanes	Árbitros	
Casimiro Manuel Pacheco Talhinhos	Árbitros	
José Júlio de Carvalho Gomes Curado	Árbitros	

João Carlos Kruss Melo Fanha Vicente	Professores	
Luis António Ribeiro de Oliveira	Professores	renunciou ao cargo pelas 20hdo dia 7/3/2014
Maria Manuela Almeida Araújo	Professores	

**DELEGADOS DESIGNADOS PELAS
ASSOCIAÇÕES REGIONAIS OU
ENTIDADES EQUIPARADAS**

ASSINATURAS

Ana Isabel Figueiredo Correia	ARBLISBOA	
João Machado de Oliveira	ABMADEIRA	
Pedro Manuel de Sá Ribeiro Nunes Pina	ABCENTRO	
Luis Miguel Álvares Ribeiro	ARBNORTE	
José Moraes	ABAÇORES	